



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

RENATA FORMIGOSA LEÃO

A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

BELÉM/PARÁ

2025

RENATA FORMIGOSA LEÃO

A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará- Campus Belém.

Orientadora: Prof. Dra. Adeline Braga

BELÉM/PARÁ

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L433l Leão, Renata Formigosa.
A Ludicidade na Educação Infantil / Renata Formigosa
Leão. — 2025.
26 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Adeline Braga
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Faculdade
de Educação, Belém, 2025.

1. ludicidade, educação infantil, brincadeiras e
legislação. I. Título.

CDD 371.337

RENATA FORMIGOSA LEÃO

A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará- Campus Belém.

Orientadora: Prof. Dra. Adeline Braga.

Data de aprovação: ____/ ____/ ____

Conceito:

Banca Examinadora:

Orientador(a)
Prof. Dr^a Adeline Braga
UFPA

Examinador (a)
Prof. Dr^a Maura Lúcia Martins Cardoso
UFPA

Examinador
Prof. Dr. José Carlos Martins Cardoso
UFPA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela força e sabedoria para concluir esse curso, pois sem ele nada disso seria possível.

Ao meu pai Iran Lopes Leão e minha mãe Darlene Maria Formigosa, que independente das dificuldades sempre estiveram ao meu lado e muito trabalharam para que nós tivéssemos o melhor que podiam oferecer, eles, que devido às obrigações que a vida lhe impôs não conseguiram terminar seus estudos, isso é mérito tanto meu quanto deles, pois suas contribuições em todos os sentidos foram fundamentais em minha vida.

Ao meu esposo Hebert Rodrigo Ribeiro que foi fundamental nesse trajeto incentivando meus estudos em todos os sentidos, obrigada por todo apoio!

Aos meus irmãos Washington Formigosa Leão e Tayná Formigosa Leão, que são meus grandes amigos e companheiros de uma vida inteira, obrigada por tudo!

Aos meus filhos Enzo Formigosa e Eva Formigosa que são os amores da minha vida, e a força me impulsiona para ir a luta todos os dias de minha vida.

Aos meus amigos que a faculdade me presenteou, Jeniffer Paiva e Xisto Filho, foram pessoas em que a troca foi mútua e com certeza serão amigos para além dessa faculdade.

A minha orientadora Prof. Dr^a Adelize Braga, sem a qual eu não teria realizado esse trabalho. Sou muito grata, professora!

Por fim, agradeço a mim mesma pela força e persistência, não foi fácil, mas apesar de todos os entraves consegui chegar até aqui, talvez deixando a desejar em alguns pontos, porque trabalhar e estudar não é fácil, porém, todo o esforço valeu a pena.

Obrigada a todos!

RESUMO

Este trabalho analisa a relevância da ludicidade na Educação Infantil, compreendendo as brincadeiras como a linguagem central da criança para a promoção de seu desenvolvimento integral. Por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, o estudo estabelece um diálogo entre o referencial teórico e um documento da legislação brasileira. A fundamentação teórica é ancorada nas contribuições de Vygotsky (1991); Wajskop (1995); Kishimoto (2019) que destacam a brincadeira como a principal força motriz do desenvolvimento e como uma manifestação da cultura da infância. A análise descritiva crítica foi realizada a partir do cruzamento do acervo teórico - que fundamentou a pesquisa - com o documento: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) e revelou que esta legislação valida legalmente o papel das brincadeiras e interações como eixos estruturantes do currículo, transformando a prática pedagógica. Conclui-se que o trabalho intencional com a ludicidade não é uma opção, mas uma exigência teórica e legal que exige que o trabalho junto às crianças da Educação Infantil promova o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional das crianças, contribuindo para a socialização e a construção do conhecimento, constituindo-se como linguagem própria da criança.

Palavras-chave: ludicidade; educação infantil; brincadeiras; legislação.

ABSTRACT

This work analyzes the relevance of playfulness in Early Childhood Education, understanding play as the child's central language for the promotion of their holistic development. Through qualitative bibliographic research, the study establishes a dialogue between the theoretical framework and a Brazilian legal document. The theoretical foundation is anchored in the contributions of Vygotsky (1991), Wajskop (1995), and Kishimoto (2019), who highlight play as the main driving force of development and as a manifestation of childhood culture. A critical descriptive analysis was conducted by cross-referencing the theoretical corpus that grounded the research with the document: National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (2010). The analysis revealed that this legislation legally validates the role of play and interactions as structuring axes of the curriculum, thus transforming pedagogical practice. It is concluded that the intentional use of ludic activities is not an option but a theoretical and legal requirement. This approach, when applied to children in Early Childhood Education, promotes their cognitive, motor, social, and emotional development, contributing to socialization and the construction of knowledge and constituting the child's own language.

Keywords: playfulness; early childhood education; play; legislation.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	8
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 O Brincar como Propulsor do Desenvolvimento: a contribuição de Vygotsky.....	11
2.2 O Lúdico como Linguagem e Cultura: a perspectiva de Kishimoto	13
2.3 Outros olhares sobre a Ludicidade	14
3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
3.1. Natureza da Pesquisa	17
3.2 Procedimentos de Coleta e Análise	18
4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO: LUDICIDADE E O ARQUIVO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	18
4.1 O Brincar como Eixo Estruturante na Legislação.....	18
4.2 A Teoria na Prática: o diálogo entre os autores e as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil	20
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	23

1 - INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, é um espaço essencial para o desenvolvimento pleno da criança. Longe de ser apenas um ambiente de socialização ou de preparação para o Ensino Fundamental, essa fase se constitui como o alicerce para a aprendizagem contínua e a formação humana. Nesse contexto, a ludicidade emerge não apenas como uma atividade complementar, mas como o próprio eixo central do processo educativo, uma vez que a brincadeira é, para a criança, a principal forma de interagir, conhecer e atribuir significado ao mundo. Este trabalho, portanto, se insere na urgência de se valorizar o brincar enquanto linguagem universal da infância, um direito e uma necessidade para o desenvolvimento integral do ser.

A motivação para este estudo surge da minha jornada pessoal e acadêmica como estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, que teve seu olhar para a infância e a ludicidade transformado a partir das experiências vividas tanto em estágio como em participação em pesquisa que culminou com o artigo científico “*Relato de Experiência: o lúdico vivenciado no contexto da Praça da República em Belém do Pará*”¹ apresentado e publicado nos anais do evento acadêmico Congresso Nacional de Educação (CONEDU) em 2024.

As experiências de campo, como a pesquisa realizada na Praça da República, juntamente com as observações participantes e o exercício da docência durante os estágios supervisionados na Educação Infantil I e II, evidenciaram a riqueza do brincar como um fenômeno que impulsiona a aprendizagem. Paralelamente, a vivência pessoal como mãe, em um ambiente familiar povoado pela imaginação, brinquedos e brincadeiras, reforçou a percepção da ludicidade como um pilar essencial para o desenvolvimento infantil. A partir dessa dupla perspectiva, tornou-se imperativo investigar sobre a importância da ludicidade como alicerce do processo educativo, consolidando, assim, meu interesse pela temática.

Para introduzir a temática destacamos que, historicamente, a visão sobre a criança passou por transformações significativas: se antes era considerada uma fase de incompletude ou um mero período de espera pela vida adulta, hoje, a partir de estudos em áreas como a Psicologia e a Sociologia da Infância, a criança é reconhecida como um sujeito ativo,

¹ COSTA, Jeniffer Cristina Da Silva et al.. **Relato de experiência: o lúdico vivenciado no contexto da praça da república em Belém do Pará**. Anais do X CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/110976>>. Acesso em: 26/08/2025.

competente e produtor de cultura². No Brasil, essa mudança de paradigma foi consolidada em documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que estabelecem o brincar e o interagir como eixos estruturantes do currículo.

A ludicidade é considerada um eixo central no processo educativo das crianças de 0 a 5 anos porque, para elas, o ato de brincar não é apenas lazer, mas a principal forma de interagir, aprender e se desenvolver integralmente. Nessa etapa da vida, o brincar é a linguagem natural da criança. Por meio dela, ela explora o mundo de maneira ativa, constrói sua identidade e estabelece relações com o ambiente e com as outras pessoas.

Vale ressaltar que a ludicidade é central para o desenvolvimento infantil porque o brincar é o veículo mais eficaz para o desenvolvimento infantil porque une diferentes dimensões do crescimento de forma simultânea e significativa.

- **Desenvolvimento Cognitivo:** ao brincar de faz-de-conta, a criança desenvolve o pensamento simbólico e a imaginação. Quando resolve um problema para montar uma torre ou um quebra-cabeça, ela está exercitando o raciocínio lógico. A brincadeira é um verdadeiro laboratório para a construção do conhecimento.
- **Desenvolvimento Social e Emocional:** as brincadeiras em grupo são a base para o aprendizado de habilidades sociais. A criança aprende a negociar, a compartilhar, a esperar a sua vez e a lidar com as frustrações. O brincar permite que ela experimente e compreenda suas emoções e as dos outros, construindo empatia e autoconfiança.
- **Desenvolvimento Físico-Motor:** pular, correr, engatinhar e escalar são atividades que aprimoram a coordenação motora grossa. Já brincadeiras como desenhar, manusear blocos ou massinha refinam a coordenação motora fina, preparando a criança para habilidades futuras.

Isto é, a ludicidade não é um "extra" e nem um *passatempo* na Educação Infantil, mas sim um posicionamento epistemológico que respeita a natureza da criança. Ela transforma o aprendizado em uma experiência prazerosa e autêntica, onde o corpo, a mente e as emoções trabalham juntos.

Como referência teórica para a realização deste estudo optamos por autores que são referências nos estudos sobre a temática e indispensáveis para compreendê-la. Entre os autores trabalhados destacamos Vygotsky (1981), Kishimoto (2019), Piaget (1975), Froebel (1887 *In*

² Para maior conhecimento ver em **ARIÈS, Philippe**. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

Wajskop, 1995) e Wajskop (1995), que apresentam as seguintes contribuições para os estudos e pesquisa sobre a Ludicidade:

- Lev Vygotsky: considera que o brincar é a principal atividade motriz do desenvolvimento infantil. Afirma que é na brincadeira que a criança atua "*uma cabeça acima de si mesma*", isto é, ela pode por meio da imitação e imaginação reproduzir a vida cotidiana. A brincadeira cria uma Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), onde o aprendizado ocorre por meio da imaginação e da interação com o ambiente.
- Tizuko Morchida Kishimoto: a autora reforça a ideia de que a brincadeira é a linguagem da criança e cultura da infância. Considera que o contexto em que se desenvolve a brincadeira faz parte do ambiente que influencia a constituição humana, desta forma a brincadeira é um fenômeno cultural que propicia à criança entender, assimilar e refletir sua realidade, contribuindo para sua formação integral.
- Jean Piaget: contribui ao afirmar que o brincar é primordial para o desenvolvimento infantil. Piaget aponta que o jogo auxilia a criança a assimilar novos conhecimentos e acomodar a realidade ao seu modo de pensar. Para ele, os jogos podem ser classificados em estágios que acompanham o desenvolvimento infantil, ratificando a importância da brincadeira para o desenvolvimento da inteligência humana.
- Friedrich Froebel: o autor ficou conhecido como o "pai do Jardim de Infância", e foi um dos primeiros a introduzir o brincar nas instituições educativas como linguagem pedagógica voltada para a criança. Para ele a brincadeira era a própria expressão da infância e construiu o que chamou de *Jardins de infância*, pois as crianças eram sementes do amanhã que deveriam ser cuidadas.
- Gisela Wajskop (1995): a maior contribuição da autora é destacar o papel da professora e do professor na organização do espaço e do tempo para o brincar. Reforçando a importância do lugar de mediação e intencionalidade ao organizar o ambiente com situações desafiadoras que enriquecem a ludicidade enquanto uma vivência educativa.

Ao optar por estes autores enquanto referencial teórico construímos um arcabouço conceitual que nos auxilia a desenvolver argumentos sólidos e fundamentados para apresentarmos como diferentes autores com seus estudos e pesquisas nos apontam a importância da ludicidade na prática pedagógica da Educação Infantil.

A relevância deste estudo se justifica, portanto, pela necessidade de refletir sobre como a ludicidade, de fato, contribui para o desenvolvimento infantil, transcendendo a visão simplista e recreativa, e reafirmando seu papel enquanto pilar da prática pedagógica.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relevância da ludicidade na Educação Infantil, compreendendo as brincadeiras como a linguagem da criança para a promoção de seu desenvolvimento integral. E como objetivos específicos: discutir o conceito de ludicidade e sua importância como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento infantil; apresentar o referencial teórico que sustenta a brincadeira como a principal forma de a criança se expressar, a partir das ideias de autores como Vygotsky e Kishimoto; relacionar a legislação brasileira (DCNEI) com a prática pedagógica, defendendo o uso das brincadeiras como um direito e um dever da Educação Infantil e argumentar como o trabalho com a ludicidade contribui para o desenvolvimento das dimensões cognitiva, motora, social e emocional da criança.

Este artigo está organizado em seções que buscam construir uma argumentação coerente e reflexiva. A Introdução, já apresentada, justifica, contextualiza o tema e define os objetivos. Em seguida, o Referencial Teórico discute a ludicidade à luz de teóricos que a reconhecem como a linguagem infantil. O Referencial Metodológico detalha os procedimentos da pesquisa bibliográfica e qualitativa. Por fim, a seção de Análise e Discussão apresentará o diálogo entre o referencial teórico e a legislação Diretrizes Curriculares nacional para a Educação Infantil (2010), destacando a importância da ludicidade na prática educativa, antes de chegarmos às considerações finais e às referências bibliográficas.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão da ludicidade como pilar da Educação Infantil exige uma fundamentação teórica que sustente a brincadeira não apenas como uma atividade recreativa, mas como um processo complexo de aprendizagem e desenvolvimento. Para tanto, este referencial se apoia em dois pilares centrais: a perspectiva sócio interacionista de Vygotsky (1991) e a visão cultural e pedagógica de Kishimoto (2019). De forma complementar trazemos Piaget (1975), Froebel (1887 *In* Wajskop, 1995) e Wajskop (1995) que serão utilizados para ampliar a argumentação e contextualizar historicamente a importância da brincadeira.

2.1. O Brincar como Propulsor do Desenvolvimento: a contribuição de Vygotsky

A teoria de Vygotsky (1991) é um dos maiores alicerces para se entender o brincar no contexto educacional. O autor defende que todas as funções psicológicas superiores (como a linguagem, a atenção voluntária e o raciocínio) têm sua origem nas interações sociais. Nesse sentido, ele argumenta que o aprendizado ocorre primeiro em um plano interpessoal (nas relações com os outros) para depois ser internalizado em um plano intrapessoal (no pensamento da criança).

Dentro desse contexto, a brincadeira assume um papel de protagonismo. Vygotsky a considera a atividade principal no desenvolvimento da criança em idade pré-escolar. Para ele, o brincar cria uma Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que é o espaço entre o que a criança já domina e o que ela pode aprender com a mediação de um adulto ou de um colega mais experiente. Na brincadeira, a criança assume papéis e segue regras que a fazem praticar habilidades e comportamentos que ainda não domina completamente na realidade. A imaginação, o faz de conta e o seguimento de regras implícitas no jogo são ferramentas poderosas que impulsionam o seu desenvolvimento cognitivo e social.

Vygotsky (1991) revolucionou a forma como a educação vê a brincadeira. Em vez de considerá-la uma atividade leve e secundária, ele a posicionou no centro do desenvolvimento infantil, afirmando que é no brincar que a criança se desenvolve de maneira mais plena. Para o autor, a brincadeira é a principal atividade da criança, pois ela cria a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), o espaço ideal para o aprendizado.

A teoria de Vygotsky (1991) defende que o desenvolvimento da criança ocorre de fora para dentro, ou seja, as funções mentais superiores são construídas primeiramente no plano social (interação com o outro) para depois serem internalizadas no plano individual. A brincadeira é o cenário perfeito para que isso aconteça.

Quando uma criança brinca com um amigo ou com um adulto, ela está constantemente interagindo, negociando papéis, criando regras e resolvendo conflitos. O faz de conta, por exemplo, permite que ela simule situações sociais e pratique comportamentos que seriam complexos para ela na vida real. Ao fazer de conta que é uma médica, uma professora ou um astronauta, a criança assume e compreende papéis sociais, internalizando valores e regras da cultura em que vive, Vygotsky afirma que:

O aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em operação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança" (Vygotsky, 1991, p. 60)

Para Vygotsky (1991), o aprendizado não apenas acompanha o desenvolvimento, mas o precede, impulsionando-o. O papel do adulto ou do colega mais experiente é crucial nesse processo, atuando como mediador para guiar a criança em suas descobertas, incentivando-a a ir além do que ela já sabe fazer sozinha.

A brincadeira é a maneira como a criança se comunica e expressa sua visão de mundo. É uma forma de linguagem não verbal que, segundo Vygotsky (1991), permite que ela revele seus pensamentos, sentimentos, desejos e até mesmo seus medos.

Segundo o autor:

Na brincadeira, a criança sempre se comporta além de seu comportamento habitual, além de sua idade diária; nela, é como se a criança fosse uma cabeça mais alta do que ela mesma. Como na lente de aumento de um fotógrafo, a brincadeira concentra em si as maiores tendências de desenvolvimento da criança. (Vygotsky, 1991, p. 116)

Nesse sentido, a brincadeira se torna uma manifestação da cultura da infância, criada pelas próprias crianças. Elas inventam jogos, criam mundos imaginários e estabelecem suas próprias regras, que podem ser negociadas e transformadas a qualquer momento.

Desta forma podemos afirmar que a interação social, que é o cerne da brincadeira, é o que impulsiona o aprendizado e o desenvolvimento, tornando a ludicidade não um método, mas uma necessidade intrínseca à natureza da criança.

2.2. O Lúdico como Linguagem e Cultura: a perspectiva de Kishimoto

Complementando a visão de Vygotsky Kishimoto (2019) apresenta um conceito de ludicidade percebido como uma linguagem da criança e uma cultura da infância. Para a autora, o brincar é um fenômeno cultural que reflete e ajuda a constituir a visão de mundo da criança.

Kishimoto (2019) argumenta que, ao brincar, a criança expressa suas emoções, seus pensamentos e suas interpretações da realidade de forma autêntica. O brincar é o meio pelo qual a criança se apropria de sua cultura, compreende papéis sociais e reconstrói o seu cotidiano. A autora enfatiza, ainda, o valor pedagógico do brinquedo como um objeto cultural que carrega em si significados e histórias, servindo como uma ponte entre a criança e o conhecimento. Assim, a ludicidade se consolida como um modo de ser, uma forma de expressão e um direito que deve ser respeitado e valorizado no ambiente escolar.

Kishimoto (2019) traz, em seus estudos, uma diferenciação para o “brinquedo”, a “brincadeira” e o “jogo”. O brinquedo é o objeto e tem uma dimensão cultural e material, e sua função é justamente servir de suporte para a brincadeira. O brinquedo é carregado de simbolismo, refletindo a cultura e os valores de uma sociedade. Por exemplo, uma boneca, um carrinho, um bloco de montar ou um pedaço de pau.

A brincadeira é a ação em si, o ato de brincar, ou seja, uma atividade espontânea e livre, sem uma estrutura rígida. O foco está na ação, na criatividade e na liberdade da criança para inventar, modificar e criar, portanto, ela não precisa de regras preestabelecidas, pois é permeada pela imaginação e subjetividade. Por exemplo, brincar de faz de conta, brincar de esconde-esconde sem regras fixas ou simplesmente correr pelo pátio.

O jogo, por outro lado, é uma atividade com regras e tem uma estrutura mais formal, com objetivos claros, etapas a serem seguidas e, muitas vezes, uma competitividade (ganhar e

perder). O jogo exige que a criança compreenda e respeite as regras sociais, o que é fundamental para o desenvolvimento da cooperação e do raciocínio lógico. Por exemplo, um jogo de tabuleiro, um jogo de bola com regras definidas ou uma brincadeira de "pega-pega" com regras pré-estabelecidas.

Kishimoto (2019) enfatiza que, na Educação Infantil, a brincadeira e o jogo, com o suporte dos brinquedos, são ferramentas pedagógicas poderosas. A professora e o professor devem valorizar tanto a espontaneidade da brincadeira livre quanto o aprendizado estruturado que o jogo oferece. A ludicidade, portanto, se consolida como um modo de ser, uma forma de expressão e um direito que deve ser respeitado e valorizado no ambiente escolar, pois é por meio dela que a criança se constitui como sujeito social e cultural.

2.3. Outros olhares sobre a Ludicidade

Para enriquecer a análise, é importante citar autores que, de diferentes perspectivas, corroboram a importância do brincar. Piaget (1975) defendeu que o jogo é essencial para o desenvolvimento cognitivo, funcionando como um mecanismo de assimilação e acomodação da realidade. Em um contexto histórico, Froebel (1887 *In* Wajskop, 1995), considerado o "pai do Jardim de Infância", foi um pioneiro ao propor que o brincar era a forma mais pura e espontânea de expressão da criança. Já a contribuição de Wajskop (1995) é fundamental para a prática docente, ao ressaltar o papel do professor como mediador que, por meio de um planejamento intencional, organiza o tempo e o espaço para que a brincadeira ocorra de forma rica e significativa.

✓ Piaget: as brincadeiras e os estágios de desenvolvimento

Piaget (1990) descreve o desenvolvimento do jogo em paralelo aos estágios cognitivos da criança. O *Jogo de Exercício* (0-2 anos), característico do estágio sensório-motor, é a brincadeira baseada na repetição de ações motoras e sensoriais, nele a criança brinca com seu próprio corpo e com os objetos do ambiente, explorando as sensações de forma prazerosa. O objetivo é aprimorar as habilidades físicas e o controle do corpo, como, por exemplo, balançar as pernas, atirar um objeto para ver o que acontece ou chacoalhar um chocalho.

No *Jogo Simbólico* (2-7 anos), presente no estágio pré-operacional, a criança desenvolve a capacidade de representação, é a fase do "faz de conta", em que um objeto passa a simbolizar outro. Uma vassoura vira um cavalo, uma caixa se transforma em um carro, e a criança assume papéis de adultos. O jogo simbólico é crucial para o desenvolvimento da imaginação e do pensamento abstrato.

O *Jogo de Regras* (7-11 anos), no estágio das operações concretas, possibilita à criança entrar no jogo social e o foco se desloca para as regras e a interação com os outros. Brincadeiras como jogos de tabuleiro, futebol ou esconde-esconde, que exigem cooperação e a compreensão de normas, são centrais. O jogo de regras contribui para a socialização e para o desenvolvimento do raciocínio lógico.

Para Piaget (1975) a brincadeira é, sobretudo, um processo de assimilação, onde a criança adapta a realidade às suas estruturas mentais já existentes. É o contrário da acomodação, que é quando a criança muda suas estruturas mentais para se adaptar a uma nova informação. Na brincadeira, a criança assimila o mundo sem a pressão da realidade, podendo manipulá-lo à sua maneira, o que consolida seu aprendizado de forma lúdica.

Piaget afirma que “O jogo é a assimilação que domina a acomodação e, por isso, a atividade lúdica é uma assimilação do real ao eu, por oposição à imitação que é uma acomodação do eu ao real.” (Piaget, 1975, p. 165)

Para o autor o brincar tem fundamental importância para o desenvolvimento cognitivo, onde a criança tem a liberdade de construir e reconstruir o conhecimento em seu próprio tempo e de sua própria maneira.

✓ Froebel: brincar como expressão e propósito.

Para Froebel (1887 *In* Wajskop, 1995) o ato de brincar tinha uma dimensão profunda, quase espiritual, pois ele o encarava como a mais pura e espontânea manifestação da vida interior da criança. Em sua teoria, a criança, ao brincar, não apenas imita o mundo externo, mas externaliza sua essência, seus pensamentos e sentimentos mais íntimos. Para ele, “[...] o jogo é a mais elevada expressão do desenvolvimento humano na infância, pois é a única expressão livre do que há na alma da criança [...] a origem de tudo de bom.” (Froebel, 1887 apud Wajskop, 1995, p. 34)

O brincar era visto por ele como o principal meio pelo qual a criança se conectava com o mundo, descobrindo as leis da natureza e a harmonia do universo. Essa crença o levou a defender que a Educação Infantil deveria ser construída inteiramente em torno do brincar.

Foi com base nessa filosofia que Froebel fundou, em 1837, o primeiro “Jardim de Infância” (*Kindergarten*). O nome não foi por acaso: ele via a criança como uma planta delicada a ser cultivada, e o professor, como um “jardineiro” que não interfere no crescimento, mas cria o ambiente ideal para que a criança floresça naturalmente. O papel do educador, portanto, não é de impor conhecimento, mas de guiar e mediar a brincadeira, oferecendo um ambiente rico e materiais adequados.

Para que a brincadeira fosse educativa e com propósito, Froebel (1887 *In* Wajskop, 1995) desenvolveu seus famosos Dons (objetos sólidos, como esferas e cubos) e Ocupações (materiais para manipulação, como argila e papel). Esses materiais tinham uma sequência lógica e eram projetados para ajudar a criança a descobrir, por meio da exploração lúdica, as formas, os números e as relações matemáticas e espaciais. Essa ideia mostra que, embora valorizasse a espontaneidade, Froebel via o brincar como uma atividade com uma finalidade pedagógica clara e bem definida.

Froebel resumiu sua filosofia com uma citação que se tornou icônica: "A brincadeira é a mais elevada expressão do desenvolvimento humano na infância, pois é a única expressão livre do que há na alma da criança [...] a origem de tudo de bom" (Froebel *apud* Wajskop, 1995, p. 34)

Esta citação de Froebel resume sua visão de que a brincadeira é um direito e uma necessidade intrínseca da criança. Não se trata de um método para aprender algo, mas de uma manifestação do próprio ser em desenvolvimento, que deve ser protegida e cultivada para que a criança atinja seu pleno potencial.

✓ Wajskop: o papel do educador como mediador da brincadeira

Enquanto autores como Vygotsky (1991) e Piaget (1975) discutem a importância da brincadeira para o desenvolvimento da criança, Wajskop (1995) foca em como o professor deve atuar para garantir que essa importância se concretize no ambiente escolar. Para a autora, a brincadeira na Educação Infantil não é um evento aleatório que deve acontecer sem intervenção; ela é um ato intencional e cuidadosamente planejado pela educadora.

A professora, segundo Wajskop (1995), deve ser uma mediadora ativa e sua função deve ser de observar atentamente as crianças para entender o que as motiva, quais desafios enfrentam e como se relacionam. A partir dessa observação, ela planeja e organiza o ambiente para potencializar as brincadeiras e, conseqüentemente, a aprendizagem, uma vez que "[...] o educador tem um papel essencial no contexto da brincadeira na educação infantil, pois, cabe a ele organizar o espaço, os materiais e as situações que venham a favorecer a brincadeira." (Wajskop, 1995, p. 28)

Wajskop (1995) enfatiza que a organização do espaço e a oferta de materiais não são decisões aleatórias, pois a professora precisa criar o que ela chama de "ambientes significativos", onde cada canto da sala (como o canto da leitura, o espaço de construção ou a área de artes) convida a um tipo específico de exploração e de brincadeira. A escolha dos

brinquedos e dos objetos também é crucial, pois eles devem ser variados e provocar diferentes tipos de jogos, como o simbólico, o de regras ou o de exercício.

A autora também faz uma distinção importante entre o brincar e a recreação. A recreação, para ela, é um momento de divertimento e de relaxamento, geralmente não dirigido e o brincar, no contexto educativo, tem um propósito, pois é parte de um projeto pedagógico que visa o desenvolvimento integral da criança. Para Wajskop (1995), o brincar é um direito da criança e a professora tem a responsabilidade de garantir que esse direito seja exercido de forma rica e intencional, segundo ela:

A brincadeira não está mais no campo das atividades espontâneas e aleatórias; passa a ser entendida como um valioso recurso para o trabalho educativo, devendo ser pensada, planejada e colocada em prática pelo educador. (Wajskop, 1995, p. 14)

Isto resume bem a contribuição de Wajskop (1995): ela transforma a teoria da ludicidade em uma prática pedagógica concreta, enfatizando que o educador é o arquiteto do ambiente lúdico e um agente fundamental para o pleno desenvolvimento da criança.

Essas diferentes visões se complementam e nos ajudam a compreender que a brincadeira como eixo estruturante da prática pedagógica faz parte do universo infantil e se configura como a linguagem da criança.

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa bibliográfica se configura como um estudo de natureza qualitativa, tendo como objetivo central analisar a relevância da ludicidade na Educação Infantil, compreendendo as brincadeiras como a linguagem da criança para a promoção de seu desenvolvimento integral, e a metodologia adotada buscou ajudar na trajetória deste percurso investigativo.

3.1. Natureza da Pesquisa

A pesquisa bibliográfica, conforme definido por autores como Gil (2002) e Marconi e Lakatos (2003), é um tipo de estudo desenvolvido a partir de material já elaborado, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, que serve como ponto de partida para a construção do conhecimento. Este método permite ao pesquisador uma imersão nas discussões já existentes sobre o tema, possibilitando a coleta de dados, a análise crítica de diferentes pontos de vista e a sistematização das informações.

O trabalho adota uma abordagem qualitativa, que se mostra a mais adequada para o tema, pois essa abordagem não se concentra em dados quantificáveis, mas sim na interpretação e na compreensão dos conceitos, ideias e argumentos presentes nos textos analisados. A

intenção foi a aproximação da compreensão sobre o fenômeno da ludicidade na Educação Infantil, capturando as nuances e os significados atribuídos à brincadeira pelos teóricos e documento oficial analisados.

3.2. Procedimentos de Coleta e Análise

A coleta de dados para este estudo foi realizada a partir da seleção de um acervo teórico e documental que fundamenta a discussão. O corpus da pesquisa inclui os autores clássicos e contemporâneos: Vygotsky (1991), Kishimoto (2019), Piaget (1975), Froebel (1887 *In* Wajskop, 1995) e Wajskop (1995), que oferecem diferentes perspectivas sobre a brincadeira, a ludicidade e o desenvolvimento infantil. A legislação educacional brasileira representada pelo documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), para compreender a base legal do trabalho com a ludicidade.

A análise do material foi realizada por meio da leitura crítica, da categorização dos conceitos-chave e do estabelecimento de um diálogo entre os autores e o documento selecionado, com o intuito de construir uma argumentação que pudesse responder aos objetivos da pesquisa, mostrando a importância da ludicidade como um eixo central da prática pedagógica.

4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO: LUDICIDADE E O ARQUIVO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir do referencial teórico construído, é possível estabelecer um diálogo crucial entre a visão dos autores e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). A análise das DCNEI (2010) revela que os conceitos de ludicidade e interação não são apenas recomendados, mas formalmente estabelecidos como os pilares que devem sustentar toda a prática educativa com crianças de 0 a 5 anos. Este alinhamento entre teoria e legislação não apenas valida o papel central da brincadeira, mas também impõe uma nova perspectiva para a atuação docente.

4.1. O Brincar como Eixo Estruturante na Legislação

As DCNEI (2010) estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009 são explícitas ao definir as interações e as brincadeiras como os eixos que estruturam as práticas pedagógicas da Educação Infantil. Essa determinação legal rompe de vez com a visão tradicional que via o brincar como um momento de recreio ou um passatempo, pois, ao elevar a brincadeira a um

eixo estruturante, a legislação reconhece que a criança aprende fazendo, experimentando e se relacionando.

Esse pressuposto normativo fornece o suporte legal para que a escola se organize em torno da linguagem infantil. A professora, amparada pelas DCNEI, tem o dever de planejar e organizar o tempo e o espaço de forma que a brincadeira seja a principal via de acesso ao conhecimento, e não uma atividade que concorre com a aprendizagem.

4.2. A Teoria na Prática: o diálogo entre os autores e as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil.

A análise das DCNEI demonstra um alinhamento direto e intencional com os conceitos trabalhados no referencial teórico. A ênfase das DCNEI nas "interações" como um dos eixos estruturantes reflete diretamente a teoria de Vygotsky. A brincadeira, como um fenômeno social, é o ambiente perfeito para que as crianças interajam entre si e com os adultos, construindo a sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A lei, portanto, legitima a prática pedagógica que se baseia na mediação e na colaboração, pilares do desenvolvimento infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) reconhecem, portanto, que o brincar é o principal motor do desenvolvimento infantil ao estabelecerem as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. As DCNEI validam, assim, a perspectiva de Vygotsky, que considera a aprendizagem um processo social. A legislação, nesse sentido, reforça que o papel do educador é o de mediador, criando ambientes ricos em oportunidades para que as crianças interajam entre si e com os adultos, construindo conhecimentos e desenvolvendo habilidades na zona de desenvolvimento proximal (ZDP). Desta forma a lei não é apenas um guia, mas uma base sólida que permite ao professor fundamentar sua prática pedagógica em uma abordagem construtivista e colaborativa.

Ademais, a ênfase das DCNEI na necessidade de ambientes planejados e intencionalmente organizados para a interação demonstra um compromisso com a qualidade da educação. A lei exige que a escola não seja apenas um espaço de cuidado, mas um verdadeiro laboratório social, onde a brincadeira é valorizada como ferramenta de aprendizado. Essa abordagem contrasta com modelos pedagógicos tradicionais, que subestimam a importância das interações entre pares e o papel da brincadeira livre. Dessa forma, as DCNEI incentivam uma prática pedagógica mais dinâmica e participativa, onde o conhecimento é construído de forma conjunta e o desenvolvimento das crianças é visto como um processo integrado, que envolve aspectos cognitivos, sociais e emocionais.

Ao reconhecer a criança como um sujeito de direitos, histórico e produtor de cultura, a legislação endossa a visão de Kishimoto (2019). As DCNEI garantem que a cultura da infância, que tem na brincadeira sua expressão mais autêntica, deve ser valorizada, acolhida e não suprimida em favor de um currículo meramente conteudista.

Neste sentido, as DCNEI, ao conceituar a criança como um sujeito histórico e de direitos, alinha-se diretamente à perspectiva de Kishimoto (2019), que defende a infância como uma fase com características e cultura próprias. A legislação, assim, transcende a visão tradicional da criança como um ser em desenvolvimento, que precisa ser moldado. Em vez disso, ela a reconhece como um ser que já é completo em sua singularidade, capaz de produzir e interagir com sua própria cultura. Essa visão, entretanto, exige que a escola se transforme em um ambiente que acolha e valorize essa cultura da infância, tendo a brincadeira como sua expressão mais autêntica e significativa.

A partir desse reconhecimento, as DCNEI se opõem firmemente a um currículo estritamente focado em conteúdos, que muitas vezes subestima o valor da brincadeira e da ludicidade. Ao invés de impor um modelo de ensino pautado na transmissão de informações, a legislação defende uma abordagem que respeita o tempo da criança, suas formas de aprendizado e seus interesses. A brincadeira, nesse contexto, deixa de ser vista como uma simples distração e passa a ser considerada um veículo essencial para a exploração, a experimentação e a construção do conhecimento. Dessa forma, as DCNEI garantem que a educação infantil seja um espaço de descoberta e alegria, onde o aprendizado acontece de forma natural e lúdica, respeitando a integralidade da criança.

As DCNEI não se limitam a dizer que a criança deve brincar, mas sugerem a necessidade de um planejamento pedagógico que envolva a observação, a organização do ambiente e a mediação e essa orientação dialoga diretamente com as ideias de Wajskop (1995), que ressalta o papel do educador como um mediador que atua intencionalmente, transformando a brincadeira de um ato recreativo em um processo educativo com objetivos claros.

A convergência entre teoria e legislação exige uma profunda mudança na prática pedagógica, uma vez que a professora, segundo Wajskop (1995), é provocada a deixar de ser a mera transmissora de conteúdo para se tornar uma mediadora da aprendizagem responsável por observar atentamente os interesses das crianças para planejar brincadeiras que sejam significativas para elas. Como também organizar o espaço dispondo os materiais e os ambientes de forma que convidem à exploração, à criatividade e à interação. A professora, de acordo com a autora, precisa ser responsável também pela mediação e, quando necessário, interação na

brincadeira para enriquecê-la, fazendo perguntas, sugerindo novos materiais e ajudando na resolução de conflitos, sem tirar a autonomia da criança.

Ressaltamos, assim, que a análise - triangulando os autores com o documento - demonstra que a ludicidade na Educação Infantil é mais do que uma metodologia: é uma concepção de criança, de educação e de sociedade que estar solidamente amparada pela ciência e pela lei.

O uso das brincadeiras, portanto, contribui diretamente para o desenvolvimento integral da criança, e a inobservância desse princípio configura uma não conformidade com o próprio projeto de educação nacional posto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a relevância da ludicidade na Educação Infantil, compreendendo o brincar como a linguagem primordial da criança para a promoção de seu desenvolvimento integral. Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que a brincadeira é muito mais do que um ato recreativo: ela é um fenômeno social, cultural e pedagógico que atua como o eixo central da aprendizagem e do crescimento infantil.

A trajetória desta investigação permitiu que os objetivos propostos fossem alcançados. Primeiramente, o referencial teórico discutiu o conceito de ludicidade e sua importância, com um foco particular nas contribuições de Vygotsky e Kishimoto. Em seguida, a pesquisa foi capaz de estabelecer um diálogo entre a teoria e a legislação brasileira, comprovando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) garantem o brincar e as interações como eixos estruturantes, em total alinhamento com a base teórica. Por fim, demonstrou-se como o trabalho com a ludicidade contribui para o desenvolvimento das dimensões cognitiva, motora, social e emocional da criança, validando a premissa de que o lúdico é essencial para o seu desenvolvimento integral.

Este trabalho conclui que o brincar é a espinha dorsal da aprendizagem na primeira infância e, longe de ser uma atividade superficial, ele emerge como a principal ferramenta para que a criança decodifique o mundo e interaja com ele. A ludicidade atua como a linguagem universal da infância, permitindo que a criança explore sua criatividade, desenvolva habilidades sociais e emocionais, e construa sua própria compreensão da realidade. Ao reconhecer a brincadeira como um direito e um eixo pedagógico, as políticas públicas e as práticas educacionais se alinham a essa perspectiva, garantindo que o aprendizado na Educação Infantil seja um processo prazeroso, significativo e, acima de tudo, integral.

Vale ressaltar, ainda, que esta pesquisa teve uma significativa relevância para o estudo no contexto da formação inicial do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, uma vez que nos ajudou a transcender a formalidade de um trabalho acadêmico de conclusão de curso para se constituir como uma experiência formativa fundamental. A imersão teórica e a análise crítica da legislação solidificaram a nossa compreensão sobre o papel do professor, que deixa de ser um mero transmissor de conteúdo e se consolida como um mediador e planejador de experiências lúdicas. O estudo nos forneceu, enquanto futura pedagoga, as ferramentas teóricas e a segurança profissional para atuar de forma intencional e comprometida, defendendo o direito da criança de aprender brincando.

Este estudo, ao reafirmar a importância da ludicidade, também se coloca como um ponto de partida para futuras investigações, como as ideias surgidas ao longo desta pesquisa - mas que não puderam ser realizadas no contexto e tempo de um trabalho de conclusão de um curso de graduação-, a saber: o impacto da formação inicial de egressos do curso de Pedagogia e a qualidade do trabalho com o lúdico em sala da Educação Infantil; a análise comparativa de diferentes abordagens pedagógicas (tradicional e construtivista) e seus resultados na promoção do brincar; o estudo sobre o papel da família e sua percepção acerca da brincadeira no contexto das instituições da Educação Infantil, entre outras ideias inquietantes surgidas ao longo do percurso investigativo. Provocações que emergiram das leituras realizadas e do muito que se pode ainda pesquisar sobre o tema.

Em suma, a ludicidade é a linguagem da infância e a base da Educação Infantil e valorizá-la e aplicá-la em sua plenitude não é uma opção, mas uma exigência ética, teórica e legal para a construção de uma educação verdadeiramente transformadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18. Disponível em: <https://normativasconselho.mec.gov.br/>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WAJSKOP, Gisela. **O brincar na pré-escola**. São Paulo: Cortez, 1995.